

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0320 – 11/09 à 15/09/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados Estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

STF declara constitucionalidade da contribuição assistencial a trabalhadores não sindicalizados

Supremo Tribunal Federal - 12/09/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais para todos os empregados de uma categoria, ainda que não sejam sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 11/9.

O novo entendimento, firmado no julgamento de embargos de declaração, altera a decisão de 2017 no Agravo no Recurso Extraordinário (ARE) 1018459, com repercussão geral reconhecida (Tema 935). Na ocasião, o Plenário havia julgado inconstitucional a cobrança da contribuição a trabalhadores não filiados a sindicatos.

Tese

A tese de repercussão geral fixada no Tema 935 foi a seguinte: “É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Sem acordo para jornada 12x36, empregador terá de pagar horas extras a cuidadoras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/09/2023

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de duas cuidadoras de Ceará-Mirim (RN) a horas extras no período que extrapolar os limites diário e semanal da jornada do empregado doméstico. O entendimento de que cabia a elas comprovar a jornada a mais foi afastado pela Turma, que declarou que a obrigação de controle de jornada deve ser do empregador.

[Engenheiro será indenizado por uso de equipamento pessoal para trabalhar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/09/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que a Centro Oeste Asfaltos S.A., de Cuiabá (MT), indenize um engenheiro civil pelo uso de equipamento de laboratório próprio na atividade desempenhada. Segundo o colegiado, o material era usado em benefício da empresa, e os custos do trabalho são de inteira responsabilidade do empregador.

[Empregada que recebia salário mensal inferior ao mínimo tem direito a diferenças](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/09/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Digisec Certificação Digital, microempresa de Goiânia (GO), a pagar diferenças salariais a uma auxiliar administrativa que recebia menos que o salário mínimo. Segundo o colegiado, a remuneração pode até variar de acordo com a quantidade de horas trabalhadas ou de unidades produzidas, mas não pode ser inferior ao valor do salário mínimo mensal.

[Fabricante de cervejas é condenada por assédio moral estrutural](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/09/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Ambev S.A., maior fabricante de cervejas do mundo, a pagar indenização de R\$ 50 mil a um vendedor de Vitória (ES) submetido a assédio moral durante sete anos. Sob a alegação de cobrança de metas, ele era chamado por supervisores, gerentes e até colegas por nomes pejorativos e alvo de constantes xingamentos, inclusive de conteúdo racial.

[Advogado terá honorários penhorados para pagamento de dívida trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/09/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho autorizou a penhora de honorários advocatícios de um advogado para o pagamento de dívida trabalhista reconhecida em favor de uma secretária de uma empresa de sua propriedade. Para o colegiado, a medida está de acordo com o Código de Processo Civil de 2015.

[Direito à privacidade no ambiente de trabalho é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2023

O Tema do Mês de setembro de 2023 da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “[Direito à privacidade no ambiente de trabalho \(e a LGPD\)](#)”. A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, teses e dissertações sobre a matéria.

[Empresa prova que dispensa de gerente com câncer não foi discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/09/2023

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um gerente de vendas da IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., que pretendia o reconhecimento de sua dispensa como discriminatória, por ser portador de câncer no rim. Conforme a jurisprudência do TST, no caso de doença grave, cabe ao empregador afastar a presunção de que o motivo da dispensa tenha sido discriminação. No caso, a IBM conseguiu provar que só soube do diagnóstico após a demissão.

Notícias do Executivo

[Luiz Marinho recebe grupo de deputados da Comissão de Trabalho da Câmara](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/09/2023

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu, nesta quinta-feira (14), um grupo de deputados da Comissão de Trabalho da Câmara para falar das ações que o ministério está desenvolvendo sobre o Grupo de Trabalho dos Aplicativos, valorização e negociação coletiva e valorização do Fundo de Amparo do Tempo de Serviço (FGTS).

[Conselho Curador do FGTS aprova reformulação e a atualização do Programa Pró-Moradia](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/09/2023

O Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), em reunião realizada nesta quarta-feira (13), aprovou propostas relacionadas a reformulação e atualização do Programa Pró-Moradia, criação do Grupo de Trabalho de Metodologias, Resgate de Cotas no FI-FGTS, composição da Bancada de Governo do Comitê de Investimento e as metas para 2023 dos Indicadores do Planejamento Estratégicos do FGTS.

[Governo cria Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/09/2023

O Governo Federal instituiu nesta terça-feira (12) Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que vai elaborar o novo Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. A cerimônia contou com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, das ministras Cida Gonçalves, das Mulheres e Esther Dweck,

da Gestão e Inovação, além do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Alberto Bastos, e do diretor da Organização Internacional do Trabalho, Vinícius Pinheiro.

[Patrimônio da Previdência Complementar atinge R\\$ 2,59 trilhões – 25% do PIB do Brasil](#)

Ministério da Previdência Social - 15/09/2023

Em junho de 2023, o patrimônio do Regime de Previdência Complementar do Brasil atingiu R\$ 2,59 trilhões, o que equivale a 25% do PIB do país. Esse resultado indica crescimento de aproximadamente 5,3% em relação a dezembro de 2022. Cerca de 47% do patrimônio apurado é oriundo das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e 53% é proveniente das Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC)/seguradoras.

[Previdência Social avalia com IFRJ a criação de programa de educação financeira para contribuintes e segurados do INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 12/09/2023

O Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) avaliam a criação de programa de educação financeira para contribuintes e segurados do INSS. A proposta foi discutida, nesta terça-feira (12), entre o ministro Carlos Lupi, o presidente da autarquia federal, Alessandro Stefanutto e o reitor Rafael Almada.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Mutirão busca preencher 300 vagas para pessoas com deficiência em Maceió](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/09/2023

Preencher mais de 300 vagas destinadas a pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Essa é a meta inicial do “Mutirão Vaga Inclusiva de Trabalho”, que será realizado no próximo dia 21/9, das 8 às 13h, na sede da Unima (antiga UNIT). Promovido pela Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e Secretaria Estadual da Cidadania e da Pessoa com Deficiência (Secdef), o evento foi lançado na manhã desta terça-feira (12/9), em coletiva para a imprensa realizada na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT-19).

[Abertas as inscrições para a capacitação com especialistas do Instituto Nacional de Câncer](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/09/2023

Profissionais da saúde de Santa Catarina serão capacitados gratuitamente por especialistas do Instituto Nacional de Câncer (INCA) para identificar casos de câncer relacionados ao meio ambiente laboral. A Oficina de “Capacitação para Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho”, uma parceria do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC) com a Secretaria de Saúde do Estado (SES-SC) e a Associação Catarinense de Engenharia de Segurança do Trabalho (ACESC), ocorrerá nos dias 4 e 5 de outubro de 2023.

[Ministério Público do Trabalho realiza I Seminário Nacional de Estágio](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/09/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade de Fortaleza (Unifor), realiza nos dias 25 e 26 de setembro o I Seminário Nacional de Estágio. O evento acontece em Brasília e celebra os 15 anos da Lei de Estágio (Lei 11.788/2008). O Seminário visa debater o papel do estágio na formação dos estudantes do ensino superior e em sua inserção no mercado de trabalho, além de discutir alguns desafios inerentes a essa experiência como fraude e assédio no ambiente profissional.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MG: Projeto que obriga divulgação da lista suja do trabalho escravo está pronto para Plenário da Assembleia Legislativa](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/09/2023

Está pronto para ser votado pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o [Projeto de Lei 315/23](#), de autoria do deputado Betão (PT), que dispõe sobre a publicidade, em sítios eletrônicos oficiais dos órgãos do estado de Minas, do cadastro conhecido como “Lista Suja”, que reúne empregadores que tenham submetido seus trabalhadores a condições análogas às de escravo.

[Auditores-Fiscais do Trabalho da Paraíba participam de ação de empregabilidade da pessoa com deficiência](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/09/2023

Em parceria com a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, Secretaria de Desenvolvimento Humano do Governo do Estado e Tribunal Regional do Trabalho, a Auditoria Fiscal do Trabalho na Paraíba participou do “Dia D da empregabilidade da pessoa com deficiência”. O evento tem como principal objetivo facilitar a contratação de PCD pelas empresas obrigadas ao cumprimento da cota legal prevista na Lei 8.213/91.

Notícias do e-Social

[Versão S-1.2 do leiaute será implantada no ambiente de produção restrita no dia 18/09/2023](#)

eSocial - 14/09/2023

Seguindo o cronograma estabelecido, a implantação da versão S-1.2 do leiaute do eSocial no ambiente de produção restrita está prevista para o dia 18/09/2023. A nova versão traz diversas novidades, em especial as informações adicionais necessárias para permitir a substituição da prestação de informações para a DIRF pelo eSocial.

[Produção Limitada no FGTS Digital: confirmada a entrada no dia 23/09/2023 para os demais grupos de empresas](#)

eSocial - 14/09/2023

A disponibilização do ambiente de testes em Produção Limitada do FGTS Digital para os demais grupos de empresas (Grupos 2, 3 e 4 do eSocial) está confirmada para o dia 23/09/2023, conforme [Edital SIT nº 03/2023](#). A previsão inicial era de que a disponibilização do ambiente acontecesse no dia 16/09/2023, mas foi preciso alterar essa data em razão da necessidade de se fazer uma parada técnica no ambiente de produção do eSocial. A recomendação recebida foi de que essa parada técnica ocorresse após o dia 20/09/2023, data de vencimento da Contribuição Previdenciária.

Outras Notícias

[Trabalhadora com filho autista tem direito a jornada reduzida, diz TRT-7](#)

Consultor Jurídico - 17/09/2023

É dever do Estado, e também da sociedade, promover, proteger e assegurar o exercício pleno de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Por isso, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7) reconheceu o direito de uma mãe a horário especial de trabalho para cuidar de filho com Transtorno do Espectro Autismo. Por maioria, os desembargadores reduziram a jornada de trabalho da empregada em 50%, sem alteração da remuneração e sem compensação de horário. A turma também acatou pedido de liminar para que a decisão seja cumprida de imediato pela empresa.

[Condomínio deve indenizar empregado atingido por ovo arremessado de sacada](#)

Consultor Jurídico - 16/09/2023

Um condomínio de alto padrão localizado na zona sul de São Paulo foi condenado a indenizar em R\$ 5 mil um trabalhador atingido por ovo lançado de uma das sacadas do edifício. Segundo a decisão, houve negligência do empregador por não tomar providências no caso, o que configura o dano moral pretendido.

[Beneficiário da Justiça gratuita que perde audiência sem justificativa paga custas](#)

Consultor Jurídico - 16/09/2023

A 9ª Turma do Regional do Trabalho da 2ª Região confirmou sentença que condenou um trabalhador ao pagamento de custas judiciais após não ter comparecido à audiência de instrução.

[Os limites da autonomia negocial coletiva na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 15/09/2023

Principal questão sobre negociação coletiva diz respeito a saber se os respectivos sujeitos podem tratar livremente de qualquer assunto trabalhista. Não resta dúvida sobre a importância e necessidade da negociação coletiva para resolver conflitos de trabalho, como, aliás, está assegurada e mesmo prestigiada pela Carta constitucional brasileira de 1988, como consequência da liberdade sindical insculpida no seu artigo 8º e seguintes.

[STF em matéria trabalhista e perspectiva de futuro do direito do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 14/09/2023

O Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do poder judiciário brasileiro e guardião da Constituição de 1988, é também o tribunal que mais tem inovado no direito do trabalho nos últimos anos. O STF tem se deparado com discussões, sempre do ponto de vista constitucional, de matéria atinentes ao direito do trabalho e que envolvem a relação entre patrão e empregado.

[Para trabalhistas, contribuição assistencial a sindicatos valoriza negociação coletiva](#)

Consultor Jurídico - 13/09/2023

Advogados trabalhistas consultados pela revista eletrônica Consultor Jurídico sustentam que a decisão do Supremo Tribunal Federal que validou a cobrança da contribuição assistencial imposta por acordo ou convenção coletiva aos trabalhadores, desde que lhes seja garantido o direito de oposição, valoriza as negociações coletivas.

[Consequências da decisão do STF sobre licença-paternidade](#)

Consultor Jurídico - 13/09/2023

A questão merece breve introdução, uma vez que não se limita a respostas sobre “o que é, de onde vem e para onde vai?”. Ao falar-se em licença-paternidade, logo vem à mente a licença-maternidade, ambas voltadas à tutela da criança ou, na licença-maternidade, também à saúde da mãe que perdeu a criança, entre outros de igual relevância.

[O combinado não sai caro: a volta por cima da liberdade sindical](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2023

Na última segunda-feira (11/9), foi finalizado o julgamento sobre a constitucionalidade das contribuições negociais. Em uma mudança no posicionamento da corte, a extensão da cobrança das contribuições negociais aos não associados foi reconhecida como constitucional, desde que pactuada em acordo ou convenção coletiva e garantido o direito de oposição.

[Mulher não consegue provar gravidez na demissão e não será indenizada](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2023

Por falta de documentação oficial que comprovasse a gestação e o posterior aborto espontâneo, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) negou recurso e manteve uma decisão que indeferiu o pedido de indenização do período de estabilidade para uma ex-empregada de um laboratório de Santos (SP) que foi dispensada supostamente durante a gravidez.

[Construtora indenizará empregado que dormia em cama sobre tijolos](#)

Migalhas - 17/09/2023

É dever da empresa, e não dos empregados, manter alojamentos em boas condições. O entendimento unânime é da 1ª câmara do TRT da 12ª região, em ação na qual um trabalhador do ramo da construção civil pleiteou indenização por danos morais após ser submetido a condições precárias de habitação.

[TRT-1: Empresa não pagará horas extras de intervalo intrajornada](#)

Migalhas - 15/09/2023

Indústria não deverá pagar intervalo intrajornada a ex-empregado. Sentença foi reformada pela 4ª turma do TRT da 1ª região por entender que empregadora fizera pré-anotação do intervalo no controle de frequência. Trabalhador ingressou com ação para questionar modalidade de seu contrato. Além do pedido de conversão do contrato intermitente para "individual por prazo indeterminado", requereu horas extras, indenização do intervalo intrajornada e reembolso de descontos a título de multas de trânsito.

[Em ação milionária, TST anula decisões e manda julgar do zero](#)

Migalhas - 15/09/2023

A 6ª turma do TST anulou decisões de 1ª e 2ª instâncias que condenavam corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários ao pagamento de verbas rescisórias a um ex-colaborador. O colegiado, seguindo o voto do desembargador convocado José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, entendeu que a empresa teve cerceado seu direito de defesa nas instâncias iniciais. Segundo a defesa, a causa gira em torno de R\$ 10 milhões.

[“Cara de monstro”: Ambev pagará R\\$ 50 mil a vendedor por assédio moral](#)

Migalhas - 15/09/2023

A 3ª turma do TST condenou a Ambev, maior fabricante de cervejas do mundo, a pagar indenização de R\$ 50 mil a um vendedor de Vitória/ES submetido a assédio moral durante sete anos. Sob a alegação de cobrança de metas, ele era chamado por supervisores, gerentes e até colegas por nomes pejorativos, sendo alvo de constantes xingamentos, inclusive de conteúdo racial.

[Diretor-geral da OIT participa da Assembleia Geral da ONU](#)

Organização Internacional do Trabalho - 15/09/2023

Uma série de eventos de alto nível, destacando a necessidade de combater as desigualdades, de criar empregos decentes e de progredir na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), será realizada durante a Assembleia Geral da ONU, e contará com presença do Diretor-geral.

[Ministro Douglas Alencar debate a eficácia dos precedentes para a segurança jurídica](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/09/2023

O primeiro painel do VIII Seminário Jurídico CBIC – Construindo o Direito, realizado nesta sexta-feira (15), no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiânia (GO), tratou da eficácia dos precedentes para a segurança jurídica, com foco no sistema de uniformização de jurisprudência que é adotado no Tribunal Superior do Tra-

balho (TST); no respeito às súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF), e em como os ministros dos Tribunais Superiores fazem o controle das decisões que contrariam a jurisprudência majoritária da Corte.

[CBIC dialoga com ministro do STF sobre mudança na correção do FGTS](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/09/2023

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, acompanhado do coordenador de Relações Institucionais da entidade, Luis Henrique Cidade, esteve com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, nesta quinta-feira (14), em Brasília.

[CBIC debate impacto das mudanças da contribuição assistencial nos negócios](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/09/2023

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou válida a contribuição assistencial aos sindicatos a ser cobrada de empregados, ainda que não sejam sindicalizados, foi tema de debate durante live promovida pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), nesta quinta-feira (14), no canal da entidade no Youtube.

[IBGE: Sindicalização vai abaixo dos 10% pela 1ª vez, com reforma trabalhista e alta de autônomos](#)

G1 - 15/09/2023

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou nesta sexta-feira (15) que o Brasil chegou ao seu menor percentual de trabalhadores sindicalizados: apenas 9,2% da população ocupada tinham vínculo formal com sindicatos em 2022. Este é o menor valor da série histórica da pesquisa, que mede esse percentual desde 2012. A sondagem é um recorte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do próprio IBGE.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 154, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 13/09/2023 Seção I Pág. 108) - Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraído nos benefícios pagos pelo INSS;

[PORTARIA MTE Nº 3.369, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 13/09/2023 Seção I Pág. 216) - Inclui o Art. 3º-A na Portaria MTP nº 90, de 18 de janeiro de 2022, que aprovou a nova redação da Norma Regulamentadora nº 37 - Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo. (Processo nº 19966.100723/2021-61);

[PORTARIA MTE Nº 3.371, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 14/09/2023 Seção I Pág. 201) - Torna sem efeito a Portaria MTE nº 3.369, de 12 de setembro de 2023, publicada no DOU de 13/09/2023 - seção 1, página 216;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 64, DE 2023](#) (DOU de 14/09/2023 Seção I Pág. 02) - Faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, a Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social e dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.154, DE 4 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 14/09/2023 Seção I Pág. 180) - Disciplinar a revisão dos benefícios em âmbito nacional, fundamentada no art. 29, II, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, em cumprimento da Ação Civil Pública nº 0002320-59.2012.4.03.6183/SP, nos quais não foi possível o processamento de forma automática na forma da Resolução nº 268 PRES/INSS, de 24 de janeiro de 2013;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.156, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 14/09/2023 Seção I Pág. 180) - Altera o Livro VII das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas de recurso no âmbito da área de benefício do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS nº 996, de 28 de março de 2022;

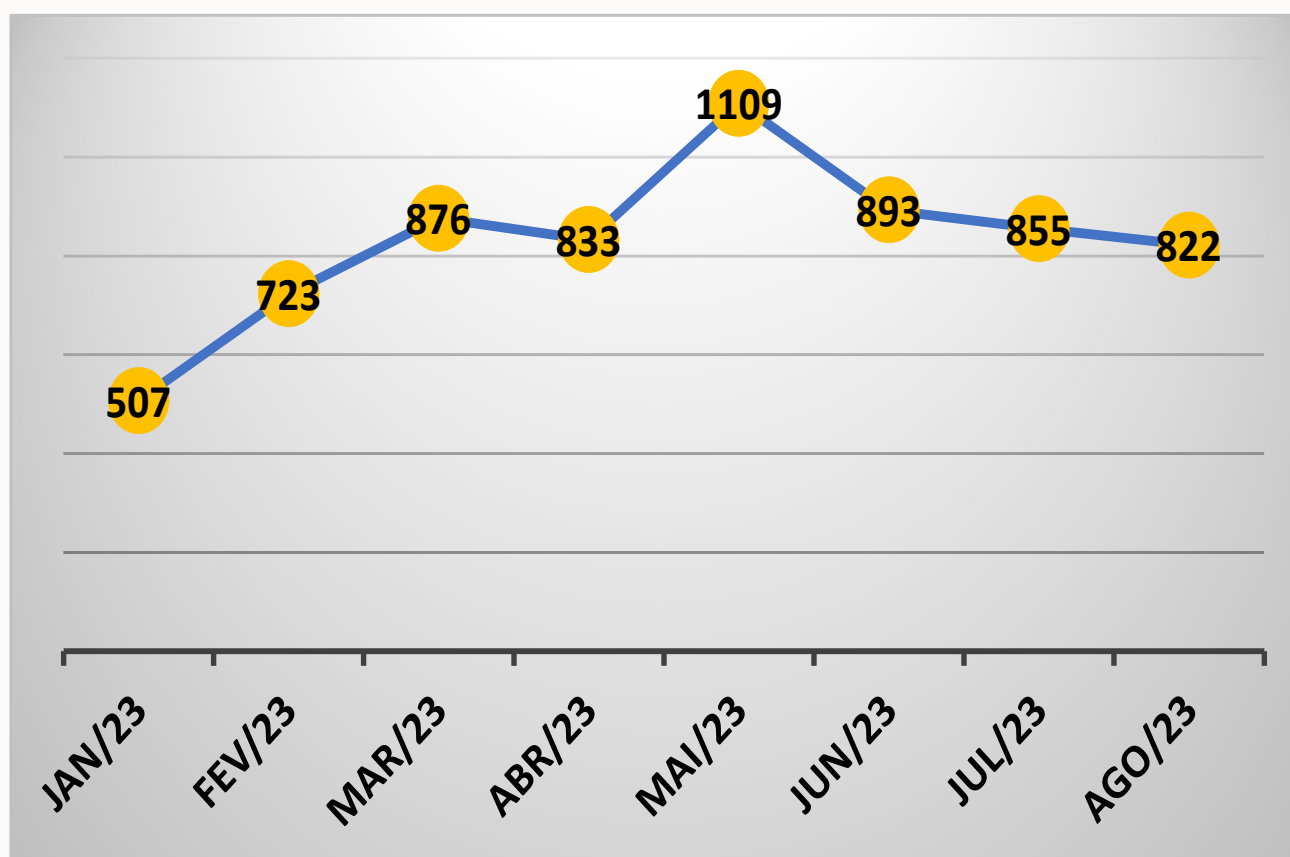
[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.075, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 14/09/2023 Seção I Pág. 202) - Aprova as metas para os indicadores estratégicos do FGTS estabelecidos na Resolução nº 948, de 10 de dezembro de 2019, que aprova o Planejamento Estratégico do FGTS para o período de 2020 a 2030, sob responsabilidade do MTE, e dá outras providências;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.076, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 14/09/2023 Seção I Pág. 203) - Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de avaliar metodologias de aferição de empregos gerados/mantidos e de população beneficiada a partir das operações de crédito financiadas com recursos do FGTS.

RADAR
TRABALHISTA

Dados Estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-ago):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula